

**LISTA DOS
SEGUROS OBRIGATÓRIOS**

ÍNDICE

ACIDENTES DE TRABALHO	3
ACIDENTES EM SERVIÇO	5
ACIDENTES PESSOAIS	6
DANOS.....	10
DOENÇA	11
INCÊNDIO	12
RESPONSABILIDADE CIVIL	13
ROUBO	33
SOCIAL	34
VIDA (danos por morte e invalidez permanente)	35
LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR CAUÇÃO E ADMITE A MODALIDADE DE SEGURO-CAUÇÃO	36

ACIDENTES DE TRABALHO

Pessoal de empreiteiro de obras públicas

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março
artigo 145º

Praticante desportivo profissional

Lei n.º 28/98, de 26 de Junho
artigo 6º, n.º 4
Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio
artigo 4º

Trabalhador

Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro
artigos 37º e 38º

Apólice Uniforme

Norma n.º 12/1999-R, de 8 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 27/99, no DR – II Série, de 30 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR – II Série, de 29 de Dezembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR - II Série, de 7 de Dezembro.

Trabalhador agrícola transportado em caixas de carga dos reboques, semi-reboques e veículos de mercadorias de caixa aberta afectos a essa actividade

Decreto-Lei n.º 221/2004, de 18 de Novembro
artigo 2º, al. e)

Trabalhador independente

Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de Maio
artigo 1º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 14/1999-R, de 16 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 1/2000, no DR - II Série, de 07 de Janeiro, alterada pelas seguintes Normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR – II Série, de 29 de Dezembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR II Série, de 7 de Dezembro.

ACIDENTES EM SERVIÇO

Pessoal dirigente e funcionários da Polícia Judiciária (danos por morte, invalidez permanente e parcial e internamento)

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro

artigo 93º da Lei Orgânica da Polícia Judiciária

Portaria nº 196/2002, de 5 de Março, alterada pela Portaria nº 511/2005, de 9 de Junho

ACIDENTES PESSOAIS

Aluno (compreende ainda danos morais e responsabilidade civil)

Portaria n.º 413/99, de 8 de Junho

Regulamento do seguro escolar, na íntegra.

Agentes desportivos (Praticantes desportivos profissionais e não profissionais, Árbitros, Juízes e Cronometristas, Treinadores, Monitores, Animadores e Dirigentes desportivos)

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 2º

Aprendiz

Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro

artigo 19º alínea d)

artigo 35º, n.º , alínea l)

Atleta de alta competição

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio

artigo 34º (carece de regulamentação)

Bolseiro de investigação

Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto

artigo 9º, n.º 1, al. e)

Bombeiro municipal ou voluntário

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho

artigo 23.º

Creches e estabelecimentos de educação pré-escolar (Região Autónoma da Madeira)

Decreto Legislativo Regional nº 16/2006/M, de 2 de Maio

alínea g) do artigo 3º

Crianças e jovens acolhidos

Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro
alínea f) do n.º 1 do artigo 6º

Dador de sangue

Decreto-Lei n.º 294/90, de 21 de Setembro
artigo 29º, n.º 1 (carece de regulamentação)
Decreto Legislativo Regional n.º 11/90/M, de 22 de Maio de 1990
artigo 10º

Dador de tecidos ou órgãos

Lei n.º 12/93, de 22 de Abril
artigo 9º, n.º 2

Desportista amador

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril (na íntegra)
Portaria n.º 757/93, de 26 de Agosto
Portaria n.º 392/98, de 11 de Julho

Dirigente Associativo Voluntário

Lei n.º 20/2004, de 5 de Junho
artigo 9º

Entidades gestoras dos Centros de Actividades Ocupacionais (CAO)

Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro
artigo 16º
Portaria n.º 432/2006, de 3 de Maio
artigo 5º, al. d)

Entidades promotoras e organizadoras de campos de férias

Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 109/2005, de 8 de Julho
artigo 17º
Portaria n.º 629/2004, de 12 de Junho

Entidades promotoras ou organizadoras de provas desportivas abertas ao público

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril
artigo 9º, n.º 1

Entidades promotoras de projectos de férias desportivas

Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro
artigo 2º, n.º 3
Portaria n.º 141/96, de 4 de Maio
artigo 8º

Entidades responsáveis por instalações desportivas

Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro
artigo 13º

Estudantes Universitários e do Ensino Politécnico

Despacho n.º 185/MEC/86, de 4 de Setembro (DR, II, n.º 210, de 12-9-86)
Despacho n.º 234/MEC/86, de 28 de Novembro (DR, III, n.º 287, 15-12-86)

Forçado

Decreto-Lei n.º 306/91, de 17 de Agosto
artigo 5º

Formando

Decreto-Lei n.º 242/88, de 7 de Julho
artigo 5º, n.º 2, alínea d)

Membros de órgãos autárquicos

Lei n.º 29/87, de 30 de Junho
artigo 17º

Prestadores de serviços de mergulho

D. L. 16/2007, de 22 de Janeiro
artigo 12º
Portaria n.º 1340/2007, de 11 de Outubro (na íntegra)

Servidor da Região Autónoma da Madeira

Decreto Regional n.º 8/78/M, de 1 de Março (na íntegra)

Tripulante a bordo de embarcação de pesca

Lei n.º 15/97, de 31 de Maio

artigo 33º

Voluntário

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro

artigos 16º e 17º (cobertura de acidentes ou doença)

DANOS

Arborização de áreas florestais

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto
artigo 20º

Bens objecto de contratos de locação financeira

Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho
artigo 10º, n.º 1, alínea j), na redacção dada pelo Artº 1.º do D. L. 265/97, de 2 de Outubro.

Depósito e cedência de bens culturais

Lei n.º 47/2004, de 19-8 (Lei-Quadro dos Museus)
artigo 84º

Edifícios ou instalações e equipamento adquirido por promotores na área da administração marítimo-portuária ou na área da pesca

Despacho Normativo n.º 11/2001, de 9 de Fevereiro (DR n.º 52, I - B, de 2 de Março)
Anexo, artigo 15º, alínea g)

Equipamentos adquiridos no âmbito do MARE – Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca

Portaria n.º 11/2002, de 4 de Janeiro
artigo 14º, n.º 1, al. d)

Imóveis afectos a obrigações hipotecárias

Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de Março
artigo 22º

Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo e Selectividade (Medida Investimentos a Bordo e Selectividade) no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)

Portaria n.º 424-F/2008, de 13 de Junho
artigo 19.º, al. f) (Seguro Marítimo de Casco)

DOENÇA

Nacionais de outros Estados-Membros que pretendem residir em Portugal

Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto

artigo 7º

Praticante Não Profissional de Alta Competição

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 8º, n.º 1, al. b)

INCÊNDIO

Actividade de recepção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos

Decreto-Lei n.º 152/2006, de 3 de Agosto

Base XVIII

Edifícios em propriedade horizontal

Código Civil (na redacção do Decreto-Lei n.º 267/94, de 25 de Outubro)

artigo 1429º, n.º 1

Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de Outubro

artigo 5º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 18/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro, alterada pela seguinte Norma:

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

Edifícios e outros bens que pertençam ao Estado ou que para este sejam reversíveis e que sejam objecto de concessão de exploração para jogos de fortuna ou azar

Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro

artigo 106º

Imóveis caucionados para pagamento de pensões de acidentes de trabalho

Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de Abril

artigo 61º, n.º 5

RESPONSABILIDADE CIVIL

Actividade de Guarda

Actividade de produção de electricidade a partir da energia das ondas (Titulares de licenças de estabelecimento e exploração)

Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de Janeiro.

artigo 46º

Actividade marítimo-turística

Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro)

artigo 26º e Anexo III

Actividade de Mediação de Seguros ou de Resseguros:

- Agente de Seguros e Corretor de Seguros

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de Novembro)

artigos 17º, n.º 1, al. c) e 19º, n.º 1, al. c)

Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, publicada como Regulamento n.º 16/2007, no D. R., 2ª Série, de 29 de Janeiro.

Norma Regulamentar n.º 18/2007-R, publicada como Regulamento n.º 18/2008, no D. R., 2ª Série, de 11 de Janeiro (Estabelece as condições mínimas a que deve obedecer o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil dos Mediadores de Seguros)

- Mediadores de Seguros autorizados nos termos do Decreto-Lei n.º 388/91, de 10 de Outubro

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho

artigo 101º, n.º 1, al. b) para efeitos do Registo no Instituto de Seguros de Portugal e a título transitório.

Actividade termal (responsabilidade civil profissional e pela actividade do titular do estabelecimento)

Decreto-Lei n.º 142/2004, de 11 de Junho

artigo 16º

Actividade de transporte colectivo de crianças

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril

artigo 9º

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de Junho

artigo 22º

Actividades que envolvam alto risco para o ambiente

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (quem exerça tais actividades, em geral)

artigo 43º

Decreto-Lei n.º 259/92, de 20 de Novembro (entidades acreditadas para intervir no domínio da qualidade do ambiente)

artigo 6º

Disp. 6/DGL/95, de 10 de Julho (DR, II, n.º 177, de 2 de Agosto)

Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto

artigo 24º

Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro (transportador de resíduos)

artigo 6º -> **revogado pelo D. L. 45/2008, de 11-03**

Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto (detentores de resíduos radioactivos)

artigo 18º

Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio (Instalação, exploração, encerramento e a manutenção pós-encerramento de aterros destinados a resíduos)

artigos 16º e 21º

Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril (regula o exercício da actividade industrial)

artigo 5º

Portaria n.º 1235/2003, de 27-10, alterada pela Portaria n.º 1058/2004, de 21-8

Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro (Instalação e exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação resíduos perigosos – **CIRVER**)

artigo 62º

Agências de Câmbios

Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2001, de 7 de Março de 2001 (DR, I-B, n.º 67, de 20 de Março de 2001)

artigo 1º, alínea c)

Norma n.º 20/2001-R, de 6 de Dezembro, publicada sob a forma de Regulamento n.º 28/2001, DR - II, n.º 299, de 28 de Dezembro de 2001.

Agências de viagens e turismo

Decreto-Lei n.º 209/97, de 13 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 12/99, de 11 de Janeiro e objecto da Rectificação n.º 21-D/97, de 29 de Novembro)

artigos 41º a 51º

Decreto Legislativo Regional n.º 13/94/M, de 26 de Maio

artigos 49º, 50º e 62º

Decreto Legislativo Regional 24/99/M, de 26 de Agosto

Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/1999-R de 29 de Abril, publicada como Regulamento n.º 12/99, no DR –II Série, de 15 de Maio, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR - II Série, de 7 de Dezembro.

Animais de companhia: detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos

Decreto-Lei n.º 312/2003 de 17 de Dezembro

artigo 13º

Portaria n.º 585/2004, de 29 de Maio

Assinaturas digitais

Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 165/2004, de 6 de Julho

artigos 12º alínea d), 16º e 24º

Portaria n.º 1370/2000 (2ª série), de 29 de Agosto de 2000, in DR, II, n.º 211, de 12 de Setembro de 2000

Audidores Independentes registados na CMVM (Sociedades de Revisores Oficiais de Contas)

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro (Código do Mercado dos Valores Mobiliários)

artigo 10.º, n.º 2

Regulamento n.º 6/2000, da CMVM, publicado no DR - II Série, de 23 de Fevereiro.

artigo 6º, n.º 2, al. f)

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - II Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Automóvel

Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto (Transpõe, parcialmente, para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, que altera as Directivas n.ºs 72/166/CEE, 84/5/CEE, 88/357/CEE e 90/232/CEE, do Conselho, e a Directiva n.º 2000/26/CE, relativas ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis (5.ª Directiva sobre o Seguro Automóvel).

(Revoga: D. L. n.º 522/85, de 31-12; D. L. n.º 122-A/86, de 30-05; D. L. n.º 102/88, de 29-03; D. L. n.º 130/94, de 19-05; D. L. n.º 83/2006, de 3-05, e n.º 3 do artigo 66º do D. L. 94-B/98, de 17.04)

Declaração de Rectificação n.º 96/2007, de 19 de Outubro (Rectifica D. L. n.º 291/2007, de 21-08).

Norma Regulamentar n.º 16/2007-R, de 29 de Janeiro de 2008, publicada no DR – II Série, de 29 de Janeiro (Regulamenta o regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21-08).

Apólice Uniforme:

Norma n.º 17/2000-R de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 2/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro, alterada pelas seguintes Normas:

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR - II Série, de 7 de Dezembro;

Norma n.º 9/2006-R, de 24 de Outubro, publicada como Regulamento n.º 215/2006, no DR - II Série, de 27 de Novembro;

Norma n.º 13/2006-R, de 5 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 6/2007, no DR – II Série, de 11 de Janeiro.

Autores de projectos e industriais da construção civil, quanto a obras particulares

Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de Maio, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 32/92, de 28 de Novembro e regulamentado pela Portaria n.º 245/93, de 4 de Março.

Bens objecto de contratos de locação financeira

Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho
artigo 10º, n.º 1, alínea i)

Caçador

Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
artigo 25º

Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro
artigos 63º; 65º, n.º 1, al. e); 74º, n.º 3; 75º, n.º 2 e 76º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/96-R, de 18 de Abril, publicada no DR - III Série, de 14 de Maio;

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Centros de bronzeamento artificial

Decreto-Lei n.º 205/2005, de 28 de Novembro
artigos 26º e 27º

Centros de inspecção de veículos automóveis (alargamento do âmbito de actividade entidades autorizadas)

Portaria n.º 1165/2000, de 9 de Dezembro
artigo 30º, al. c)

Clínicas e consultórios dentários privados

Decreto-Lei n.º 233/2001, de 25 de Agosto
artigo 34.º

Consultor para Investimento

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro).
artigo 301.º

Detentor da direcção efectiva de instalações, equipamentos ou material produtor de radiações ionizantes ou não ionizantes

Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro
artigo 11.º

Dispositivos médicos

Decreto-Lei n.º 273/95, de 23 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2003, de 14 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 76/2006, de 27 de Março).
Anexo XI

Empreitadas de obras públicas

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março
artigo 145.º (quando o dono da obra o determine no caderno de encargos)

Empresas de animação turística

Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de Abril)
artigos 18.º a 21.º

Empresas de estiva

Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto
artigo 23.º, n.º 1

Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR -III Série, de 06 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Empresas de transporte por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura ferroviária

Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro
artigo 12º

Portaria n.º 167/2004, de 18 de Fevereiro

Portaria n.º 168/2004, de 18 de Fevereiro

Empresas privadas de segurança

Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21-2
artigo 26º, n.º 2, al. e)

Empresas transitárias

Decreto-Lei n.º 255/99, de 7 de Julho
artigo 7º

Norma n.º 2/2007 – R, de 18 de Janeiro, publicada como Regulamento n.º 26/2007, no D. R. - II Série, de 28 de Fevereiro.

Entidades concessionárias das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade

Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto

artigo 29º -> (Titular da licença de produção)

Anexo II, Base XXV, n.º 2 -> (Concessionário da Rede Nacional de Transporte de Electricidade)

Anexo III, Base XXIII, n.º 2 -> (Concessionário da Distribuição de Electricidade em Média e Alta Tensão)

Anexo IV, Base XXV, n.º 2 -(Concessionário de Distribuição de Electricidade em Baixa Tensão)

Nota: O presente Decreto-Lei mantém, para efeitos do disposto no seu artigo 61º, nº 1, as disposições relativas à utilização do domínio hídrico constantes dos artigos 6º, 7º e 53º do Decreto-Lei n.º 183/95, de 27 de Julho, por ele revogado.

Entidades concessionárias das actividades de transporte e armazenamento subterrâneo de gás natural e de recepção, armazenamento e regaseificação em terminais de gás natural liquefeito (GNL) e de distribuição de gás natural

Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho

Anexo I, Base XXV, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de transporte)

Anexo II, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de armazenamento subterrâneo)

Anexo III, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de recepção, armazenamento e regaseificação)

Anexo IV, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de distribuição)

Portaria n.º 1296/2006, de 22 de Novembro

Entidades concessionárias da exploração da actividade de recepção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias primas alimentares e produtos conexos

Portaria n.º 407 – A/2007, de 11 de Abril

Anexo II – n.º 17

Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público na Madeira

Decreto legislativo Regional n.º 28-B/99/M, de 23 de Dezembro

Base XXV do Anexo II

Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multi-municipais e municipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos

Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro

artigo 11.º, n.º 3

Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multi-municipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público

Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de Dezembro

Base XXVI do Anexo (carece de regulamentação)

Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes

Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de Novembro
Base XXVI do Anexo (carece de regulamentação)

Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos

Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de Novembro
Base XIX do Anexo (carece de regulamentação)

Entidades de certificação e inspeção da conformidade de materiais de construção

Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril
artigo 8º, n.º 1

Entidades exploradoras da actividade de comboios turísticos

Decreto-Lei n.º 249/2000, de 13 de Outubro
artigos 13º, f) e 15º, n.º 2, c)

Entidades exploradoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás

Portaria n.º 82/2001, de 8 de Fevereiro
artigo 9º, do Anexo
Portaria n.º 123/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008)

Entidades exploradoras de actividades marítimo-turísticas com embarcações nos Açores

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2007/A, de 23 de Outubro
artigo 27º

Entidades exploradoras de instalações por cabo para o transporte de pessoas

Decreto-Lei n.º 313/2002, de 23 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2004, de 11 de Julho)
artigo 14º

Entidades exploradoras de recintos com diversões aquáticas

Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março (enquadramento da actividade)
Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de Março
artigo 51º, n.º 3, al. e) do Anexo

Entidades habilitadas à exploração de Aeródromos Civis Nacionais

Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio

artigo 9.º, n.º1, al. g)

Entidades que projectem e executem instalações de armazenamento de produtos do petróleo e Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo (postos de abastecimento de combustíveis).

Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 31/2008, de 25 de Fevereiro)

artigo 13º, n.º 6

Portaria n.º 1211/2003, de 16-10 e Portaria n.º 1515/2007, de 30-11

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/M, de 27 de Julho

artigo 12º, n.º 6

Entidades inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás

Portaria n.º 362/2000, de 20 de Junho

artigo 6º do Anexo II

Portaria n.º 124/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008)

Entidades Instaladoras e Montadoras de Redes de Gás

Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de Agosto

Anexo I. artigo 5º

Portaria n.º 122/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008).

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/1995-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 10/1997-R, de 3 de Julho, publicada no DR n.º 169, III Série, de 24 de Julho de 1997;

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

Entidades licenciadas para o exercício das actividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização de petróleo bruto e de produtos de petróleo

Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de Fevereiro

artigo 39º, n.º 1

Entidades licenciadas para a instalação e ou exploração de aterros destinados a resíduos

Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio

artigos 16º e 21º

Entidades licenciadas para a posse, detenção, utilização ou transporte de fontes radioactivas seladas

Decreto-Lei n.º 153/96, de 30 de Agosto

artigos 3º e 13º n.º 2

Entidades licenciadas para prestação de serviços na área da protecção contra radiações ionizantes

Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18 de Julho

artigo 17º

Entidades licenciadas para utilização, com fins de diagnóstico, terapêutica e de prevenção, de radiações ionizantes

Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de Novembro

artigo 34º

Entidades montadoras ou reparadoras de "kits" de conversão para veículos automóveis a GPL

Portaria n.º 982/91, de 26 de Setembro

Anexo I, artigo 5º

Portaria n.º 588/2005, de 12 de Julho -» (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2005; valor não actualizado até à presente data)

Decreto-Lei n.º 136/2006, de 26 de Julho

Apólice Uniforme:

Norma n.º 12/98-R, de 4 de Setembro, publicada no DR - II Série, de 15 de Outubro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Entidades qualificadas para a realização de exames, controlos e ensaios dos equipamentos de protecção individual (EPI)

Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril

artigo 4.º, n.º 1

Entidades responsáveis pelos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças (jardins de infância, escolas, creches e jardins público)

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro

artigo 31.º do Anexo

Entidades responsáveis por instalações desportivas de uso público que concebam, instalem e mantenham balizas de futebol, andebol, hóquei e polo aquático, e equipamentos de basquetebol

Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23-5, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14-4
artigo 11.º

Portaria n.º 1049/2004, de 19 de Agosto (regulamentação do seguro)

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/A, de 22 de Abril

Entidades responsáveis pela manutenção e inspeção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes

Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28-12

Anexo I, artigo 7.º

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2004/M, de 10-3

Anexo I, artigo 7.º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

Entidades responsáveis pela instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos.

Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Fevereiro

Artigo 10º

Decreto Legislativo Regional n.º 36/2004/A

artigo 26º, n.º 4

Entidades titulares de licença de produção de energia eléctrica não vinculada ao serviço público

Decreto Legislativo Regional n.º 26/96/A

artigo 17º

Entidades titulares de Licença de Comercialização e Operadores de Redes de Transporte de gás natural

Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro {Estabelece as Bases Gerais da organização e do funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN)}

artigo 69º

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 23 de Junho de 2008

NOTA: O D.L. 30/2006, de 15 de Fevereiro, revoga o D. L. 374/89, de 25-10, mantendo, no entanto, a sua vigência nas matérias não incompatíveis com o D. L. 30/2006, até à entrada em vigor da legislação complementar, o que não aconteceu até à presente data.

Exploração do terminal, do gasoduto e das redes de distribuição regional de gás natural

Portaria n.º 468/2002, de 24 de Abril

Portaria n.º 299/2003, de 11 de Abril -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil; valor não actualizado até à presente data)

Guarda-nocturno

Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro (alterado pelo D. L. 114/2008, de 1 de Julho)

artigo 8º, alínea j)

Laboratórios privados

Decreto-Lei n.º 217/99, de 15 de Junho (alterado pelo D. L. 534/99, de 11 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 111/2004, de 12 de Maio)

artigo 35º

Mediação imobiliária

Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto

artigo 6º, n.º 1, al. e) e 23º

Portaria n.º 1324/2004, de 19 de Outubro

Portaria n.º 1327/2004 de 19 de Outubro

artigo 1º, n.º 2, al. i).

Portaria n.º 66/2005, de 25 de Janeiro

Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR - III Série, de 6 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

Mediador dos jogos sociais do estado (responsabilidade civil e de equipamentos)

Portaria n.º 313/2004 de 23 de Março

artigo 3º

Movimento transfronteiriço de resíduos perigosos

Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro (remete para o Decreto-Lei n.º 121/90, de 9 de Abril, a definição de resíduos e de resíduos perigosos)

artigo 6º --> **revogado pelo D. L. 45/2008, de 11-04**

Notários

Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro
artigo 23º, n.º 1, al. m)

Organismos com intervenção nos procedimentos de avaliação da conformidade das embarcações de recreio

Decreto-Lei n.º 168/2005, de 26 de Setembro
Anexo XVII

Organismos com intervenção nos procedimentos de avaliação da conformidade das máquinas e dos componentes de segurança colocados no mercado isoladamente

Decreto-Lei n.º 320/2001, de 12 de Dezembro
Anexo VII, n.º 6

Operadores marítimo-turísticos

Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro)
artigo 11º, n.º 3, alínea d); artigo 24º, n.º 1, alínea b) e artigo 26º do Regulamento
Anexo III ao Regulamento

Operadores portuários

Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto
artigo 23º
Portaria n.º 303/94, de 18 de Maio
Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro
Base XII, ponto 2
Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 8 de Setembro (Região Autónoma da Madeira)

Organismos autorizados a aplicar os processos de avaliação da conformidade na aprovação dos equipamentos sob pressão transportáveis destinados ao transporte de mercadorias perigosas por estrada e por caminho de ferro

Decreto-Lei n.º 41/2002, de 28 de Fevereiro
Anexo I, n.º 8

Peritos Avaliadores de Imóveis dos Fundos de Investimento Imobiliário

Regulamento da CMVM n.º 8/2002, publicado no DR – II Série de 18 de Junho

Norma n.º 16/2003 – R de 22 de Julho, publicada como Regulamento n.º 35/2003 no DR – II Série de 6 de Agosto

Titulares de licenças para uso e porte de armas ou sua detenção

Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro
artigo 39º, n.º 2, al. i)

Apólice Uniforme

Norma n.º 11/2006-R, de 28 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 221/2006, no D. R. - II Série, de 21 de Dezembro

Prestadores de serviços de assistência em escala

Decreto-Lei n.º 275/99, de 23 de Julho
alínea c) do n.º 2 do artigo 6º e artigo 10º
Portaria n.º 803/99, de 20 de Setembro

Prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos por empresários individuais e por empresas de aplicação terrestre.

Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro)
artigo 15.º
Portaria n.º 1364/2007, de 17 de Outubro de 2007 -> Proceda à regulamentação do seguro.

Prestamista

Decreto-Lei n.º 365/99, de 17 de Setembro
artigo 33º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 5/2000-R, de 24 de Maio, publicada como Regulamento n.º 12/2000 no DR - II Série, de 14 de Junho, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Profissional de terapêuticas não convencionais

Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto

artigo 12º

Promotor de ensaios clínicos

Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto

artigos 6º, n.º 1, al. e); e 14º, n.º 2

Proprietários de embarcações de recreio

Portaria n.º 689/2001, de 10 de Julho

artigo 1º

Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25-5 (Regulamento da náutica de recreio)

artigo 42º

Titulares de Licenças e Alvarás para o exercício da actividade de armeiro e de gestão de carreiras e campos de tiro

Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

artigo 77º, n.º 3

Portaria n.º 1071/2006, de 2 de Outubro -> (estabelece o valor do capital mínimo do seguro obrigatório; valor não actualizado até à presente data)

Norma n.º 12/2006-R, de 28 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 222/2006, no D. R. - II Série, de 21 de Dezembro

Redes internas ou ramais de distribuição de combustíveis gasosos de gás

Decreto-Lei n.º 449/85, de 25 de Outubro

artigo 3º, n.º 3

Portaria n.º 490/87, de 11 de Junho

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Revisores oficiais de contas

Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro

artigo 73º e 113º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR - III Série, de 6 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

Sociedades de advogados com responsabilidade limitada

Decreto-Lei n.º 229/2004, de 10 de Dezembro

artigo 37º

Solicitador (responsabilidade no novo regime da acção executiva)

Lei n.º 2/2002, de 2 de Janeiro

artigo 15º, al. v)

Decreto-Lei n.º 88/2003, de 26 de Abril

artigo 123º, al. l)

Técnicos oficiais de contas

Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro

artigo 52º, n.º 4

Técnicos responsáveis pela concepção de projectos, instalação e laboração dos estabelecimentos industriais nos Açores

Portaria n.º 28/96 (Diário do Governo da Região Autónoma dos Açores, I, n.º 22, 30-05)
artigo 7º

Trabalho aéreo (compreende, entre outras, as actividades relacionadas com a Agricultura, Combate a Incêndios e o Pára-Quedismo)

Decreto-Lei n.º 172/93, de 11 de Maio
artigo 6º, n.º 2

Transporte aéreo

Decreto-Lei n.º 321/89, de 25 de Setembro (alterado pelo D. L. n.º 279/95, de 26 de Outubro).

artigos 17º e 18º para o Transportador aéreo e para o Proprietário de Aeronaves, respectivamente.

Portaria n.º 223/97, de 2 de Abril

Transporte aéreo de passageiros nas operações não comerciais com aeronaves de MTOM igual ou inferior a 2700 kg

Decreto-Lei n.º 223/2005, de 27 de Dezembro (na íntegra)

Transporte aéreo não regular

Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro
artigo 24º

Transporte de mercadorias perigosas por via aérea

Decreto-Lei n.º 289/2003 de 14 de Novembro
artigo 65º, al. g)

Ultra-Leves e Aeronaves de voo livre

Decreto-Lei n.º 238/2004, de 18 de Dezembro (Com as alterações introduzidas pelo D. L. 283/2007, de 13-08-2007)
artigo 41º

Unidades privadas de diálise

Decreto-Lei n.º 505/99, de 20 de Novembro
artigo 45º

Unidades privadas de saúde

Decreto-Lei n.º 500/99, de 19 de Novembro
artigo 29º

Decreto-Lei n.º 233/2001, de 25 de Agosto
artigo 34º

ROUBO

Empresas privadas de segurança

Decreto-Lei nº 35/2004, de 21 de Fevereiro

artigo 26º, n.º 2, al. b) e artigo 27º, n.º 2, al. b)

Entidade promotora de exposição de obras de arte

Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março

artigo 158º

Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro -» altera vários artigos do D. L. 63/85

Nota: *estas entidades estão ainda obrigadas à realização de seguros de Incêndio, Transporte e quaisquer outros riscos de deterioração das obras expostas.*

SOCIAL

Agente da cooperação portuguesa (seguro social obrigatório)

Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril

artigo 17º

VIDA (danos por morte e invalidez permanente)

Militares integrados em missões de paz e humanidade fora do território nacional

Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro

artigo 7.º-A

Decreto-Lei n.º 348/99, de 27 de Agosto

Portaria n.º 905/99, de 13 de Outubro

Portaria n.º 261/2000, de 13 de Maio

Elementos dos serviços e forças de segurança dependentes do Ministério da Administração Interna em missões policiais, humanitárias e de paz fora do território nacional

Decreto-Lei n.º 17/2000, de 29 de Fevereiro (Remete para o regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, no qual está previsto o seguro)

Portaria n.º 91/2001, de 9 de Fevereiro

Praticante Não Profissional de Alta Competição

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 8º, n.º 1, al. c)

LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR CAUÇÃO E ADMITE A MODALIDADE DE SEGURO-CAUÇÃO

Adjudicatário de contratos de locação e aquisição de bens móveis e de serviços no âmbito da contratação pública

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho
artigos 69º e 70º

Adjudicatário de empreitadas de obras públicas

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (alterado pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de Julho)
artigo 112º

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2001/M

Administrador de empreendimentos turísticos cujas fracções imobiliárias pertencem a várias pessoas

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março
artigo 59º, n.º 1

Administradores, Membros dos Conselhos Fiscal, Geral e de Supervisão das Sociedades Anónimas

Código das Sociedades Comerciais
artigos 396º, 418-A e 445º, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março

Instalação e exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação resíduos perigosos (CIRVER)

Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro
artigo 37º

Clubes desportivos (que não optaram por constituir sociedades desportivas)

Decreto-Lei n.º 67/97, de 3 de Abril (alterado, por ratificação, pela Lei n.º 107/97, de 16 de Setembro)
artigo 40º

Concessionários de jogos de fortuna ou azar

Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro, pela Lei n.º 28/2004, de 16 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 40/2005, de 17 de Fevereiro)

artigos 102º a 105º

Corretor de Seguros

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de Novembro)

artigo 19º, n.º 1, al. d)

Crédito e Caução com prévia garantia do Estado

Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 de Maio (alterado pelo Decreto-Lei n.º 127/91, de 22 de Maio e Decreto-Lei n.º 214/99, de 15 de Junho)

artigo 16º

Portaria n.º 54/2002, de 12 de Janeiro

Despesas públicas e contratação pública

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho)

artigo 54º

Portaria n.º 193/2005, de 17 de Fevereiro

Empresas de Segurança Privada

Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 198/2005, de 1 de Novembro)

artigos 26º e 27º, n.ºs 2, alíneas b)

Despacho n.º 8017/2004 (2ª Série), publicado em 22-4-2004

Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de águas minerais naturais

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março

artigos 53º e 54º

Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de águas minero-industriais

Decreto-Lei n.º 85/90, de 16 de Março

artigos 48º e 49º

Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de depósitos minerais naturais

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março

artigos 60º e 61º

Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração dos recursos geotérmicos

Decreto- Lei n.º 87/90, de 16 de Março

artigos 48º e 49º

Entidades licenciadas para a pesquisa e/ou exploração de massas minerais-pedreiras

Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 108/2007, de 11-12).

artigo 52º, n.º 2

Habitação periódica (proprietário ou cessionário e administrador)

Decreto-Lei n.º 275/93, de 5 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/99, de 22 de Maio e Decreto-Lei n.º 22/2002, de 31 de Janeiro

artigos 15º e 31º

Fornecimento de serviços públicos essenciais

Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de Junho

artigo 2º, n.º 2

Regime jurídico da urbanização e da edificação

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho)

artigo 54º

Reboque de embarcações nos portos nacionais
Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro
artigo 11.º